

**Novas fontes
históricas, novas
agentes históricas:
dinâmicas de
gênero na
comunidade
mercantil de
Luanda do século
XIX**

**Raphael dos Santos
Gonçalves ***

DOI:

10.11606/issn.2318-8855.v11i1p4
97-508

OLIVEIRA, Vanessa S. *Slave trade and abolition: gender, commerce, and economic transition in Luanda.* Madison: University of Wisconsin Press, 2021, 272p.

* A resenha apresentada é fruto de reflexões individuais e da participação em espaços acadêmicos de discussão coletiva. Dessa forma, agradeço às organizadoras do #Slaveryarchive book club (Prof.ªs Dras. Ana Lucia Araujo, Jessica Johnson, Vanessa Holden e Prof. Dr. Alex Gil), no qual o livro resenhado foi apresentado e debatido em sessão de 30 de junho de 2021; agradeço à Prof.ª Dra. Maria Cristina Wissenbach por acolher minha participação como aluno ouvinte na disciplina de pós-graduação "História da África e as Humanidades: revisões epistemológicas e diálogos interdisciplinares", cujas discussões em aula foram fundamentais para a escrita deste texto.

** Graduado em História pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail para contato: raphaeldsgoncalves@gmail.com.

A historiografia africanista tem buscado verificar dimensões globais da História da África, sem deixar de considerar dimensões locais e o protagonismo de mulheres e homens no continente africano. Autoras e autores buscam superar a “preocupação prioritária com a agência europeia”, verificando a existência de processos históricos controlados por atores locais (REGINALDO; FERREIRA, 2021, p. 20). O livro de Vanessa S. Oliveira debruça-se sobre os temas do comércio, da escravidão e de sua abolição em Luanda, enfatizando justamente o papel de mulheres luso-africanas, nascidas na cidade, que eram grandes comerciantes e ocupavam posições socioeconômicas relevantes naquele momento.

Publicado em fevereiro de 2021 pela The University of Wisconsin Press, o livro tem como base a tese de doutorado defendida pela autora na Universidade de Iorque, no Canadá. Atualmente, Oliveira é professora-assistente de História da África no Royal Military College (Canadá), e tem contribuído significativamente para o campo da história das relações de gênero em África nos últimos anos. Em seu primeiro livro autoral, a historiadora africanista estabelece como recorte espacial a cidade de Luanda, apresentada como grande porto escravista e sede da colônia portuguesa na África Centro-Ocidental. Na obra, é traçado um recorte temporal entre 1808, momento de aumento da demanda brasileira por escravizados, e 1867, quando foi enviada a última remessa ilegal de africanos escravizados a partir deste porto. Trata-se do período no qual, em África, ocorreu a transição econômica entre o comércio escravista e o comércio de produtos chamados “lícitos” como, por exemplo, a cera, o café e o algodão.

No livro, Oliveira se propõe a examinar as estratégias utilizadas pela comunidade mercantil de Luanda – que controlava as atividades econômicas na cidade e estava profundamente envolvida com o comércio escravista – para

Novas fontes históricas, novas agentes históricas

adaptar-se à transição econômica de meados do século XIX. A autora almeja compreender as imbricações entre a mudança econômica e as interações entre sujeitos estrangeiros e locais, em termos de casamentos, comércio e propriedade de escravizados.

A autora argumenta que a comunidade mercantil estava apta para adaptar-se às novas condições colocadas pela economia atlântica a partir de meados do século XIX. Uma série de fatores teria contribuído para a resiliência econômica da elite mercantil, como: a acumulação de capital através do comércio escravista, a complementaridade entre tipos de comércio e o lugar de principais investidores alcançado pelos grandes comerciantes. Assim, esses sujeitos dispuseram das condições necessárias para manter seu domínio socioeconômico durante e após a transição econômica.

A historiadora argumenta também que as interações entre os estrangeiros vindos do Império Português e as mulheres locais foi fundamental para o funcionamento do comércio em Luanda no século XIX. Nessas relações, as luso-africanas, filhas de portugueses e mulheres locais, conseguiram acumular riquezas e poder. A autora não deixa de explicitar, por outro lado, que em uma sociedade colonial e patriarcal, o enriquecimento das mulheres da elite comercial jamais rompeu o domínio comercial masculino, pois os “homens estavam mais aptos a acumular capital, afinal eles representavam a maioria de comerciantes de gêneros alimentícios e de escravizados” (OLIVEIRA, 2021, p. 71, tradução nossa).

O livro é estruturado em seis capítulos que seguem uma cronologia linear – à exceção dos capítulos 1 e 6 – sobre determinada atividade comercial (comércio de escravizados, comércio local de gêneros alimentícios, tráfico ilegal de escravizados e comércio de produtos lícitos, respectivamente). No primeiro capítulo, a autora apresenta a cidade de Luanda e seu desenvolvimento histórico enquanto principal

porto escravista na África Centro-Occidental e como capital administrativa portuguesa. Oliveira revela uma cidade cuja história e cuja organização vincula-se à atuação de sujeitos de origens diversas no mundo Atlântico. Atenta às dimensões de gênero, Oliveira argumenta ainda que Luanda era uma sociedade majoritariamente feminina, na qual as mulheres eram fundamentais enquanto força de trabalho.

No segundo capítulo, a autora relaciona as dinâmicas do comércio escravista na primeira metade do século XIX às interações entre imigrantes e nascidos em Luanda. Em um cenário no qual a viabilidade da colônia dependia de seu povoamento, famílias formadas por homens estrangeiros e mulheres locais foram estimuladas pelo governo colonial português. A autora afirma que o comércio de escravizados dependia dessas relações, pois as mulheres luso-africanas atuavam como intermediárias culturais, parceiras comerciais e fornecedoras de recursos para seus maridos. Em contrapartida, “as conexões que os maridos estrangeiros proporcionaram, assim como suas riquezas, auxiliaram no desenvolvimento da carreira comercial das mulheres” (OLIVEIRA, 2021, p. 32, tradução nossa). A escolha dos parceiros para casamentos era, portanto, estratégica enquanto negócio, facilitando interações comerciais e aumentando o poder dos atores envolvidos. As esposas luso-africanas do século XIX são apresentadas por Oliveira como mulheres que acumulavam vínculos e experiências nas culturas portuguesa e kimbundu, mas que se distinguiam socialmente enquanto portuguesas. Filhas de imigrantes e mulheres locais, elas também já haviam acumulado riquezas antes do casamento, através de heranças ou de atividades comerciais na região.

Apresentando as trajetórias de três proprietárias luso-africanas, Oliveira demonstra como elas beneficiaram-se da expansão comercial escravista de 1815 em Luanda, mobilizando seu capital acumulado e suas redes comerciais locais para

Novas fontes históricas, novas agentes históricas

ingressar no mercado atlântico e prosperar. Todavia, Oliveira insiste que eram os homens portugueses e luso-africanos que controlavam o comércio atlântico na cidade, beneficiando-se não apenas do enriquecimento econômico, mas da possibilidade, restrita a eles, de ocupar cargos na administração colonial e nas milícias.

O terceiro capítulo trata da produção e do comércio de gêneros alimentícios. Enquanto as mulheres, especialmente aquelas escravizadas, predominavam enquanto força de trabalho produtiva nos arimos – propriedades agrícolas nos subúrbios e no interior –, os grandes proprietários eram, em sua maioria, homens. Esses sujeitos eram protagonistas no fornecimento desses produtos, pois eram capazes de arcar com os custos do transporte e com as taxas cobradas no mercado público de Luanda – cujos registros são fonte documental para o capítulo.

A participação de grandes proprietários, escravistas e administradores no comércio local era uma forma de complementar sua renda e, principalmente, de diversificar investimentos, enfatiza a autora. Dentre eles, havia donas, proprietárias de terras e de escravizados, que vendiam o excedente de suas produções para a cidade, acumulando renda e posses. Outras mulheres, livres e pobres, são mencionadas como comerciantes varejistas ou como pequenas produtoras, buscando oportunidades ao envolverem-se no comércio local.

Os processos de adaptação da comunidade mercantil de Luanda à abolição do tráfico, imposta por Portugal em 1836, são o tema do quarto capítulo. Oliveira aponta que, se para comerciantes de menor monta, incluindo muitas donas, os riscos da ilegalidade significaram a saída do negócio, para os grandes comerciantes houve, inicialmente, uma mudança para portos menores e menos regulados. Protegidos pelo governo local, cujo funcionamento dependia de seus empréstimos, e vinculados socialmente aos burocratas que deveriam reprimir o tráfico, eles seguiram operando

na ilegalidade.

Para a autora, é a proibição da importação de escravizados pelo governo brasileiro, em 1850, que marca a retirada dos grandes comerciantes do negócio escravista. Demonstrando o envolvimento destes na produção e no comércio de commodities, que já circulavam localmente, e sua posição enquanto grandes credores na cidade – verificada em documentação relativa ao Tesouro Real –, a autora sugere a resiliência econômica da comunidade mercantil de Luanda e sua capacidade de dominar o novo negócio. Ainda neste capítulo, Oliveira explica como a transição econômica afetou o status das mulheres luso-africanas. Se antes, as donas distinguiam-se pela riqueza e poder acumulados, a partir da supressão do comércio de escravizados e com a circulação de teorias do racismo científico, o local de nascimento passou a ser determinante para as identidades sociais. Atenta à crítica documental, a historiadora aponta como, nesse contexto, passaram a acontecer silenciamentos sobre a cor da pele dessas mulheres, ainda poderosas, nos registros oficiais.

O último capítulo explana as interações entre a comunidade mercantil de Luanda e os escravizados que, naquele momento, passaram a atuar como força de trabalho local. A autora defende que o funcionamento de Luanda dependia do trabalho escravo, que era majoritariamente feminino. Analisando a documentação da Junta Protetora de Escravos e Libertos, Oliveira argumenta que as relações desses trabalhadores escravizados com seus senhores eram complexas, perpassando formas de violência, de resistência e intervenções do Estado, limitando o poder dos senhores sobre seus escravizados.

As fontes já mencionadas acima são apenas exemplos do vasto e diverso

Novas fontes históricas, novas agentes históricas

conjunto documental acessado pela pesquisadora. O trabalho de Vanessa S. Oliveira parte do acesso a diferentes arquivos, portugueses e angolanos. Em Portugal, a autora informa ter trabalhado com correspondências, relatórios oficiais, processos judiciais, periódicos e testamentos. Já nos arquivos angolanos, acessou registros comerciais e tributários, registros de concessões de terras, de dotes, contratos de casamentos, entre outros documentos. Em cada capítulo, fontes de diferentes arquivos e gêneros textuais são articuladas entre si e à bibliografia, com o objetivo de analisar as continuidades e transformações em Luanda. A documentação angolana, em especial, foi mobilizada para reconstrução de trajetórias individuais de mulheres negociantes, verificando seu acúmulo de riquezas e as relações de gênero que travaram.

Apesar da rara oportunidade de acessar arquivos africanos, a historiadora precisou lidar com a abundância de documentação produzida por administradores coloniais. Oliveira reconhece que as fontes acessadas foram produzidas por homens “informados pelo etnocentrismo, pela estrutura patriarcal, e por crenças religiosas de suas sociedades, nas quais as mulheres eram vistas como subordinadas aos homens e os africanos como inferiores aos europeus” (OLIVEIRA, 2021, p. 8, tradução nossa). Entretanto, a autora defende que os próprios silenciamentos nos documentos e seu cotejamento com outras fontes e referências bibliográficas interdisciplinares é capaz de produzir conhecimento histórico sobre as sociedades africanas.

Diálogos com outros campos historiográficos são traçados no livro. É feita referência à historiografia que trata dos portos africanos no século XIX, com a autora alinhando-se aos historiadores que contestaram a tese de A. G. Hopkins – segundo a qual as elites estabelecidas enfraqueceram-se durante a transição econômica –, defendendo que a elite mercantil foi capaz, em algumas sociedades, de dominar o novo comércio. Oliveira também trava constante diálogo com os poucos trabalhos

historiográficos já existentes sobre a comunidade mercantil de Luanda e sobre as donas angolanas, como aqueles de Selma Pantoja e de Mariana P. Candido. Nos diálogos bibliográficos, Oliveira não se restringe aos trabalhos sobre Luanda e produz interessantes comparações com pesquisas sobre outros espaços afro-atlânticos do século XIX, como Uidá, Lagos, Benguela, Saint-Louis, entre outros. Quanto à narrativa do livro, a autora se vale de um estilo que destaca episódios de trajetórias individuais de mulheres, em uma análise que inverte a lógica da documentação consultada, produtora de representações homogeneizadoras e fechadas das africanas. Outras historiadoras africanistas, como Juliana Farias (2021) e Mariana P. Candido (2021) se valeram da mesma abordagem em textos recentes, revelando uma tendência para o campo.

Embora Oliveira mobilize fontes produzidas por europeus e realize sua crítica documental, o leitor que pratica o ofício do historiador sente a ausência de uma reflexão sobre os arquivos africanos consultados, visto que é uma possibilidade rara para historiadores brasileiros. As reflexões propostas por Ivana Muscalu (2015, p. 22-24) sobre os arquivos como produto de causas humanas, tanto do período de sua formação, como das épocas que o sucederam são pertinentes e sugerem o caráter imperialista dos arquivos coloniais portugueses. Podemos ainda considerar, para análise do conjunto arquivístico acessado, as reflexões de Catarina Madeira Santos (2006) sobre como a histórica presença colonial portuguesa em Angola influenciou a produção de documentos escritos e a formação de arquivos por sujeitos nascidos em África.

Aponto ainda duas breves questões sobre a narrativa apresentada no livro. Oliveira escreve que as donas luso-africanas acumularam poder e riquezas, “embora elas também convivessem com os riscos e a violência que lhe eram provenientes”

Novas fontes históricas, novas agentes históricas

(OLIVEIRA, 2021, p. 39, tradução nossa) . Todavia, apesar de apontar limitações às oportunidades das donas – como no acesso aos cargos administrativos –, não está explícito quais dimensões de violência foram sofridas por essas mulheres privilegiadas. Candido e Jones (2019) argumentam que, por trás das histórias prestigiosas das luso-africanas, havia um subenredo de insegurança e vulnerabilidade, pois elas representavam provocações ao poder patriarcal. Para a localidade de Benguela, Candido (2021) afirma que mulheres que prosperavam eram atacadas por propagar valores inversos aos coloniais. Tais hostilidades poderiam dialogar com um dos eixos do livro de Oliveira, os casamentos, se considerarmos a violência sexual como dinâmica que fazia parte do encontro entre europeus e outras populações locais africanas, conforme sugere o trabalho de Candido e Jones (2019).

Em segundo lugar, a menção às histórias de mulheres africanas livres, pobres ou escravizadas no livro – cujo argumento central trata das mulheres da elite mercantil – aparece um tanto irregular para o leitor. Pequenas produtoras, quitandeiras e mulheres escravizadas são mencionadas nos capítulos 3 e 6, por exemplo, mas observa-se que os títulos dos capítulos trazem a perspectiva das mulheres da elite comercial. Pode-se sugerir, por outro lado, que a menção às mulheres cuja exploração garantia o enriquecimento das donas teria o objetivo, bem executado pela autora, de construir um texto historiográfico no qual a participação econômica das grandes proprietárias é destacada, sem, no entanto, deixar de contextualizá-la na relação com a situação das demais mulheres – que estavam, conforme argumento do livro, também imbricadas nas dinâmicas de gênero na cidade.

Ao adaptar sua tese de doutorado para o formato de livro, a Prof.^a Dra. Vanessa S. Oliveira disponibiliza ao público uma pesquisa de excelência sobre a história das relações de gênero em Luanda e sobre os processos históricos vividos por mulheres

Raphael dos Santos Gonçalves

no período da supressão do comércio atlântico de escravizados. Em recente coletânea sobre a história de mulheres em África entre os séculos XVII e XVIII, na qual Oliveira contribui com um capítulo, os editores Candido e Jones (2019) afirmam que embora tenha ocorrido um grande crescimento das pesquisas no campo, ainda há muitas lacunas a serem preenchidas. A importância de continuar e aprofundar as pesquisas sobre temas como a participação econômica e as experiências plurais das mulheres africanas também é destacada e sugerida por Reginaldo e Ferreira (2021), organizadores de outra coletânea recente sobre estudos africanos.

Tais reflexões bastante atuais indicam que a Prof.^a Dra. Vanessa S. Oliveira não caminha só no desafio de investigar, no campo da História, em arquivos coloniais e africanos, evidências sobre mulheres africanas, muitas vezes silenciadas pelos próprios produtores destes documentos, arquivos e produções científicas. Ao narrar a história das donas de Luanda, a autora nos apresenta a experiência específica de mulheres negociantes que acumularam propriedades e poder, e fornece ao campo uma obra historiográfica de excelência que ajuda a superar lugares-comuns atribuídos às mulheres africanas na história, tanto na documentação, quanto em materiais didáticos ou de divulgação.

Referências bibliográficas

CANDIDO, Mariana P.; JONES, Adam. Introduction. In: _____. (Ed.). **African Women in the Atlantic World: property, vulnerability & mobility, 1660-1880**. Nova Iorque: James Currey, 2019, p. 1-15.

CANDIDO, Mariana P. As mulheres e o acesso à propriedade em Benguela no século

Novas fontes históricas, novas agentes históricas

XIX. In: REGINALDO, Lucilene; FERREIRA, Roquinaldo (Org.). **África, margens e oceanos: perspectivas de história social**. Campinas: Editora da Unicamp, 2021, p. 399-421.

FARIAS, Juliana Barreto. O laptot e a signare: gênero, escravidão e liberdade (Senegal, século XIX). In: REGINALDO, Lucilene; FERREIRA, Roquinaldo (Org.). **África, margens e oceanos: perspectivas de história social**. Campinas: Editora da Unicamp, 2021, p. 329-367.

MUSCALU, Ivana Pansera de Oliveira. Introdução. In: _____. **“Donde o ouro vem”**: uma história política do reino do Monomotapa a partir das fontes portuguesas (século XVI). São Paulo: Intermeios, 2015, p. 15-29.

OLIVEIRA, Vanessa S. Slavery and the Forgotten Women Slave Owners of Luanda (1846-1876). In: LOVEJOY, Paul E.; OLIVEIRA, Vanessa S. (Ed.). **Slavery, Memory and Citizenship**. Trenton: Africa World Press, 2016, p. 129-148.

_____. Mulher e comércio: A participação feminina nas redes comerciais em Luanda (século XIX). In: BERGAMO, Edvaldo; PANTOJA, Selma; SILVA, Ana Claudia (Ed.). **Angola e as angolanas**: memória, sociedade e cultura. São Paulo: Intermeios, 2016, p. 133-152.

_____. Spouses and Commercial Partners: Immigrant Men and Locally Born Women in Luanda, 1831-1859. In: CANDIDO, Mariana P.; JONES, Adam (Ed.). **African Women in the Atlantic World**: property, vulnerability & mobility, 1660-1880. Nova Iorque: James Currey, 2019, p. 217-232.

_____. **Slave trade and abolition**: gender, commerce, and economic transition in Luanda. Madison, Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 2021.

REGINALDO, Lucilene; FERREIRA, Roquinaldo. História e historiografia africana às 507

Raphael dos Santos Gonçalves

margens do Atlântico e do Índico. In: _____ (Org.). **África, margens e oceanos:** perspectivas de história social. Campinas: Editora da Unicamp, 2021, p. 15-44.

SANTOS, Catarina Madeira. Escrever o poder: os autos de vassalagem e a vulgarização da escrita entre as elites africanas Ndembu. **Revista de História**, São Paulo, v. 155, p. 81-95, jul./dez. 2006. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19035>>. Acesso em: 26 set. 2021.